

SISTEMAS ESTADUAIS DE PSA: DIAGNÓSTICO, LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS PARA A FUTURA LEGISLAÇÃO

Diagnóstico do Estado do Espírito Santo

CONSULTORES:

MARCELO ABELHA RODRIGUES

CHRISTINA CORDEIRO DOS SANTOS

PABLO MERLO PRATA



**CHEIM JORGE
ABELHA RODRIGUES**

Advogados Associados

Brasília, 24 de abril de 2014

Breve Histórico

- O Domínio da Mata Atlântica ou Bioma Mata Atlântica engloba uma área de 1.306.000 km², cerca de 15% do território nacional, cobrindo total ou parcialmente 17 estados brasileiros.

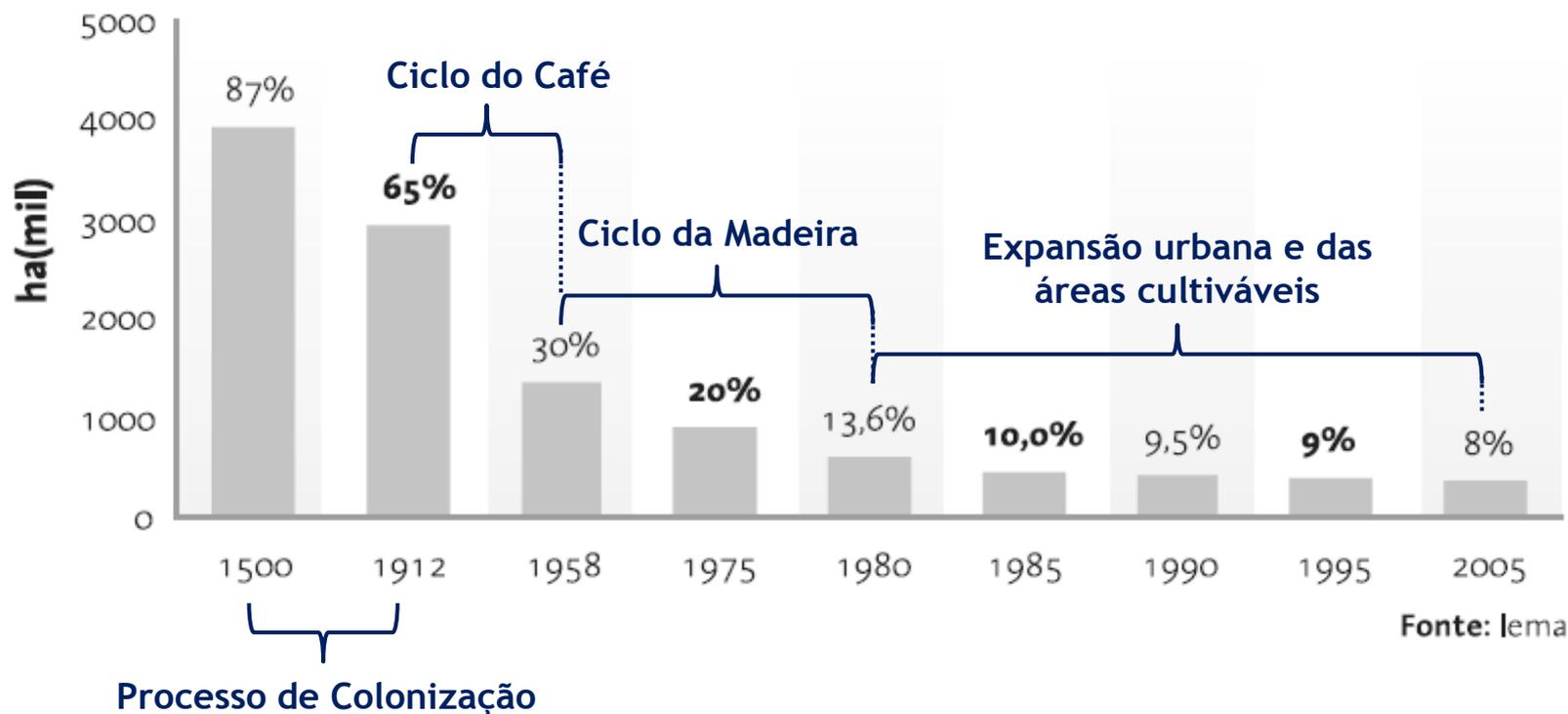


- Este Domínio corresponde a um mosaico de ecossistemas florestais e outros ecossistemas associados (restingas, manguezais, etc.) que formavam um grande contínuo florestal à época do descobrimento do Brasil.

Breve Histórico

O gráfico abaixo demonstra a perda de cobertura de Mata Atlântica no Espírito Santo desde o descobrimento do Brasil.

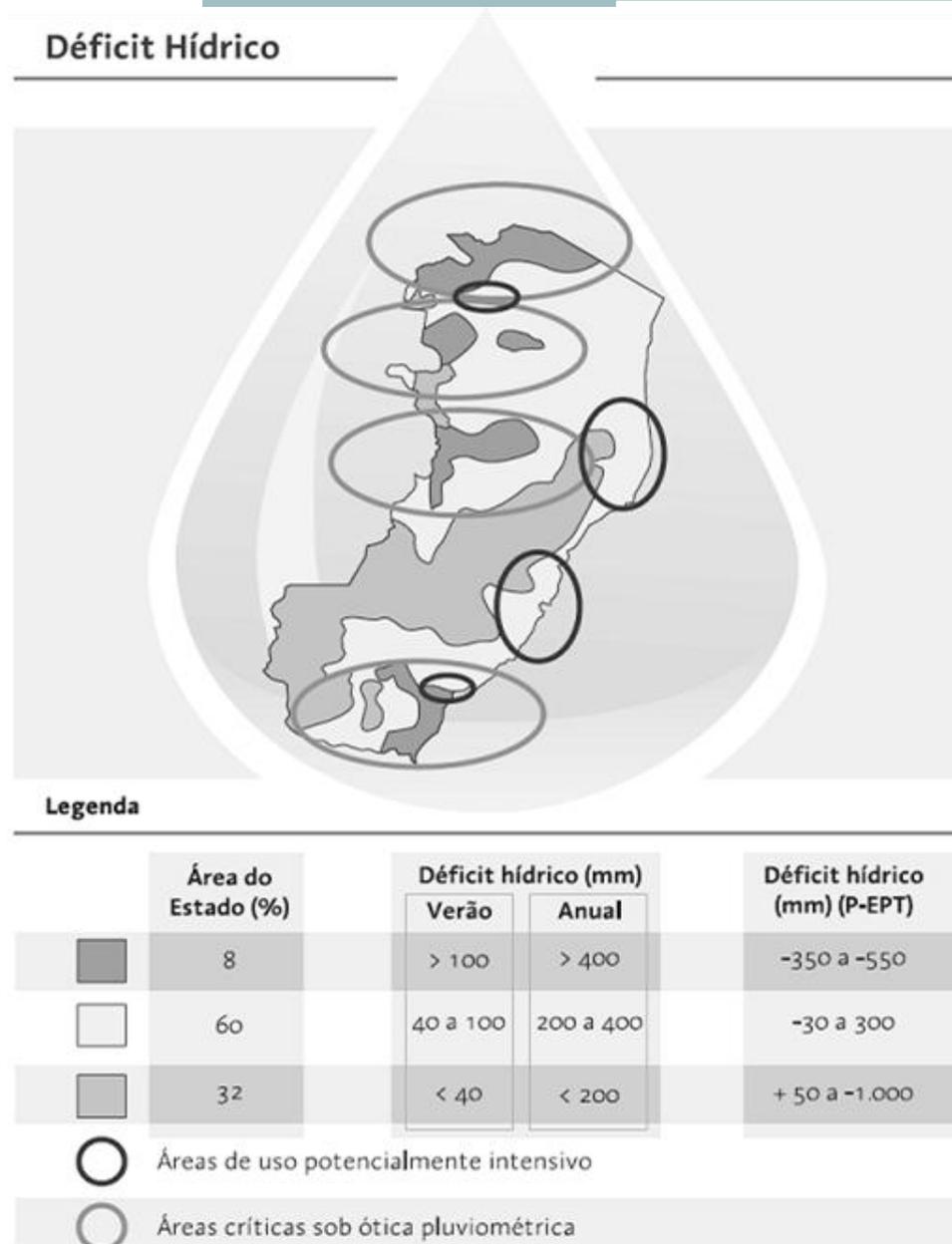
Evolução da Cobertura Florestal Natural do Espírito Santo



Breve Histórico

A redução da cobertura florestal causou inequívoco desequilíbrio ambiental, trazendo reflexos diretos para a disponibilidade hídrica e para a qualidade de tais recursos.

Com a retirada da vegetação no entorno das nascentes e às margens dos cursos d'água, passou-se a perceber a escassez de água, bem como intensificação dos processos de erosão das margens e consequente assoreamento dos rios responsáveis pelo abastecimento de água em vários municípios capixabas.



Marco Legal

- A Lei Estadual nº 5.818/1998 (Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos), trouxe no seu bojo o conceito *provedor-recebedor* ao propor mecanismos compensatórios aos prestadores de serviços ambientais na área de melhoria de qualidade e incremento da disponibilidade das águas:
 - Art. 31 – Serão estabelecidos Mecanismos Compensatórios na forma estabelecida em regulamento:
 - II – Aos Proprietários Rurais ou Posseiros que comprovadamente destinem parte de áreas de sua propriedade à conservação dos Recursos Hídricos...
- Esta lei foi, por assim dizer, o embrião do Programa de Pagamento de Serviços Ambientais que nasceria 10 (dez) anos depois, revelando a preocupação do Poder Público com escassez dos recursos hídricos, que tem como uma das causas a redução gradativa da cobertura florestal.
- Diz-se uma das causas, porque em **algumas áreas do Estado a escassez dos recursos hídricos tem como principal fator os baixos índices de chuva e não o uso intenso de tais recursos.**

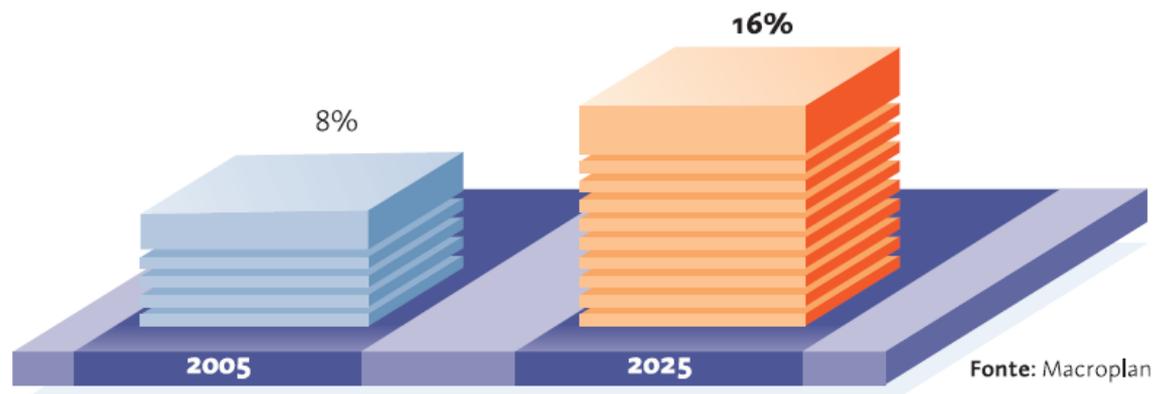
Marco Legal

- O Estado do Espírito Santo criou a Lei n. 5.818/98, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos. Esta lei estadual é a primeira lei capixaba que trata do Pagamento por Serviços Ambientais;
- Em 2008 o Poder Executivo Estadual encaminhou ao legislativo o projeto de lei que instituía o Pagamento por Serviços Ambientais. A Lei foi aprovada (Lei Estadual 8.995/2008) e regulamentada, no mesmo ano, pelo Decreto Estadual 2.168-R/2008;
- Apesar de não ter sido o primeiro estado da federação a criar uma lei sobre o PSA, ao que se tem notícias, **o Estado do Espírito foi o primeiro a regulamentar o programa e implementá-lo.**

Implementação do PSA

- Como efeito, no ano de 2005 foi então elaborado o Plano de Desenvolvimento do Estado “ES2025”, onde foram estabelecidas metas claras para recuperação e conservação de recursos naturais.
- **A meta do governo era, no período de 20 anos, zerar a taxa anual de desmatamento e dobrar a área ocupada por vegetação nativa preservada, conservada ou em estágio de recuperação. A área de cobertura de vegetal que em 2005 era de 8% passaria para 16% até 2025.**

Percentual do Território Coberto por Vegetação Nativa Conservada, Preservada ou em Estágio de Recuperação



Implementação do PSA

- De modo a atender o planejamento, foi criado, por lei (Lei 8.960/2008), o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, “Fundágua”, destinado à “captação e à aplicação de recursos, como um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, de modo a dar suporte financeiro e auxiliar a implementação desta, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA”.
- Concomitante a essa etapa foi lançado o Programa ProdutorES de Água, que foi conduzido pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e contou com a parceria das Prefeituras Municipais; Agência Nacional das Águas (ANA); Instituto Bio Atlântica (Ibio); Secretaria de Estado de Agricultura e Pesca (Seag), por meio do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper); Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e Comitês de bacias hidrográficas (CBH’s).

Implementação do PSA

O Projeto ProdutorES de Água, tem como objetivo reconhecer o produtor rural que já proporciona o serviço ambiental de melhoria da qualidade da água através do abatimento de erosão e sedimentação dos corpos hídricos pela conservação de fragmentos florestais que se encontram nas suas propriedades.

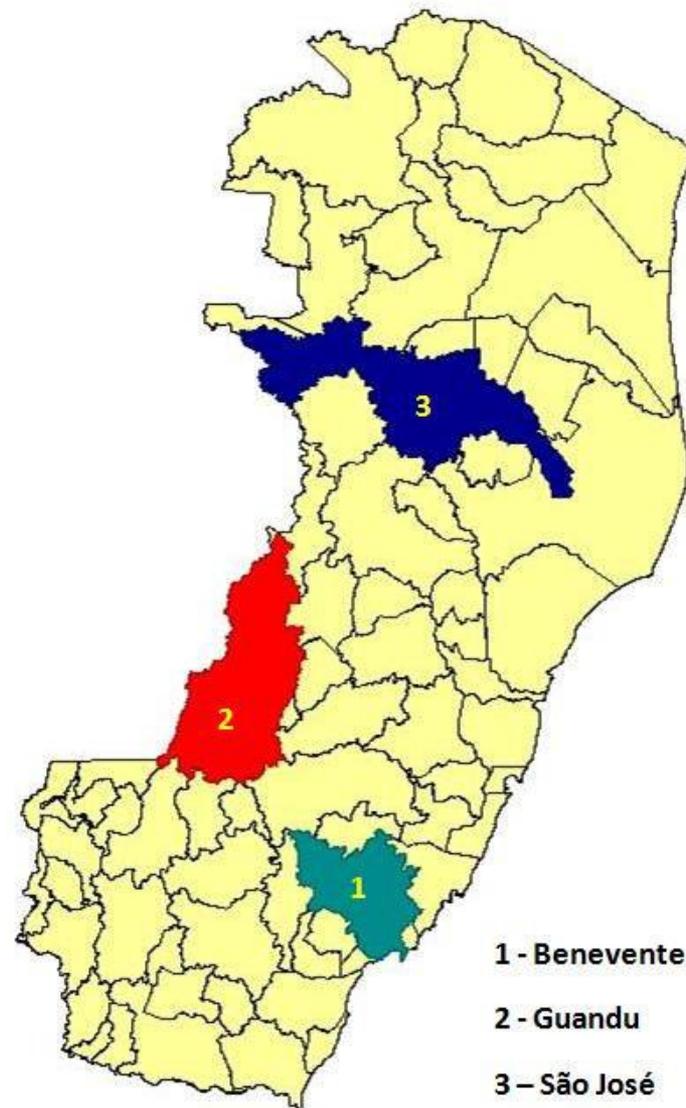


Deste modo, os critérios para remuneração é a **propriedade ser cortada por curso d'água e a manutenção da floresta em pé**, prestando serviços como: regulação do ciclo hídrico da água, ou seja, a manutenção de vazão durante a temporada da seca e o controle para minimizar enchentes; conservação da qualidade da água por meio da redução de sedimentos carregados; controle da erosão e assoreamento; manutenção dos habitats aquáticos, dentre outros.



Implementação do PSA

O Programa ProdutorES de Água atuou nas bacias hidrográficas do **Rio Benevente** (município de Alfredo Chaves), **São José** (municípios de Alto Rio Novo e Mantenópolis) e **Guandú** (municípios de Afonso Cláudio e Brejetuba) conforme pode ser visualizado na figura ao lado. As localidades foram escolhidas porque apresentavam diferentes cenários de sócio-economia, uso do solo e grau de conservação.



Fonte: Souza (2011)

Implementação do PSA

O Programa ProdutorES de Água teve início em 2009 e até 2011 foram celebrados contratos de adesão ao programa. Neste período, foram celebrados 407 contratos, distribuídos da seguinte forma:

CONTRATOS EFETIVADOS (2009/2010/2011)

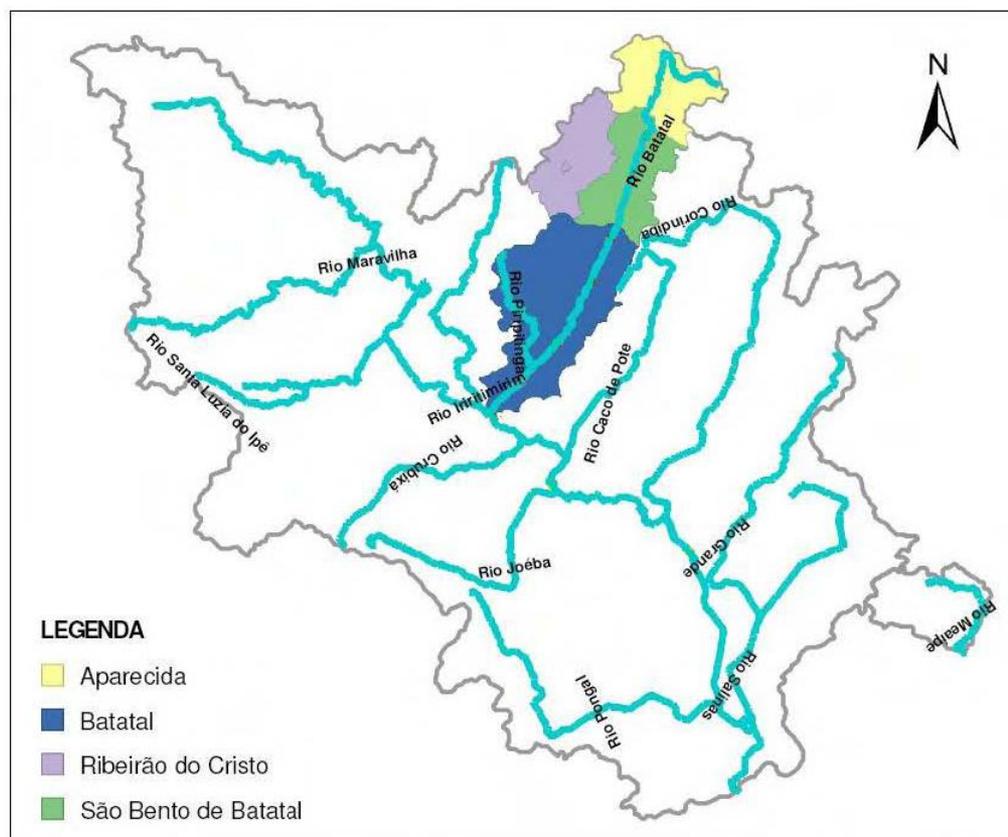
Bacia Hidrográfica	Contratos	R\$/Ano	R\$/Contrato	Área (ha)
Rio Benevente	138	236.600,04	709.800,12	1.668,82
Rio Guandu	160	274.491,37	823.474,11	1.619,54
Rio São José	119	76.047,55	228.142,65	484,12
TOTAL	407	587.138,96	1.761.416,88	3.772,48

Fonte: IEMA (2013)

Este universo de contratos representa uma média de **R\$ 155,63 ha/Ano** e uma **renda média de R\$ 1.442,60 contrato/Ano**.

Trabalho de Campo

A bacia hidrográfica escolhida para análise e pesquisa de campo pela equipe de estes consultores foi a do Rio Benevente, Sub-Bacia do Rio Batatal. Esta sub-bacia é responsável pela maior contribuição ao Rio Benevente, sendo responsável por aproximadamente 11 % de toda a vazão.



Fonte: Adaptado de AHNERT *et al.*, 2008

Trabalho de Campo

Foram entrevistadas 14 famílias residentes na Bacia do Rio Benevente, este valor número amostral foi obtido estatisticamente a partir do universo do 138 contratos celebrados na região.

Neste trabalho de campo tivemos a sorte de conhecer pessoas que foram as pioneiras deste projeto e que nos contaram as experiências, expectativas e o que acharam do resultado.



Resultados

- **A satisfação com o Projeto é inversamente proporcional à renda e ao envolvimento destas famílias com o trabalho do campo.** Nas famílias que se dedicam à atividade agrícola e dela tiram o seu sustento, a satisfação com o projeto é muito maior do que naquelas famílias que recebem o benefício por preencherem os requisitos legais, mas que não vivem da atividade agrícola;
- **As pessoas possuem pouca informação sobre o projeto e,** especialmente, a metodologia utilizada para remuneração. Na maioria dos casos, os entrevistados não faziam a mínima ideia de como se chegou ao quantum que receberam no último ano;
- **Não entenderem bem o escopo do projeto e qual é a sua finalidade, há um índice grande de insatisfação acerca do valor recebido,** pois muitos entendem que por possuírem em seu imóvel uma vasta área nativa, o Estado também poderia compensá-los pela manutenção destes remanescentes e, não apenas sobre a área próxima às nascentes, como acontece.

Resultados

- Muitas pessoas **aderiram ao projeto porque foram convencidos pelo amigo ou vizinho a participar** e, o que sabem do projeto, ouviram destas pessoas. Em razão desta ausência do contato com a entidade, *in casu*, o IEMA, quando nós, consultores, íamos explicar aos entrevistados qual era o objetivo da entrevista, elas deixavam muito claro que gostariam que as suas reclamações chegassem ao órgão;
- Observamos que **o valor anual recebido, ainda que baixo, é importante para o desenvolvimento das atividades agrícolas de tais famílias**. A maior parte dos entrevistados declarou que utilizava o valor do benefício para compra de sementes, defensivos agrícolas e materiais para trabalhar na lavoura;
- **Houveram reclamações dos entrevistados** no sentido de falta de assistência do órgão que conduz o programa.

Conclusões

- O PSA deve ser sempre analisado dentro de um contexto de política pública para o meio ambiente uma vez que o **Governo do Estado há anos vem se mostrando preocupado com a redução da cobertura florestal e a escassez dos recursos hídricos em áreas que não apresentam baixos índices pluviométricos.**
- O objetivo a curto e longo prazo era **aumento da cobertura da florestal de 8% para 16% e o aumento da disponibilidade hídricas nas áreas das bacias selecionadas.**
- Não há dúvidas de que o Programa foi bem estruturado e **os objetivos a serem atingidos estavam bem definidos e eram factíveis.** Em todo o período de vigência do Programa, **houve a assinatura de 407 contratos,** o que é um número considerável de pessoas, **especialmente porque os critérios estabelecidos para participar do programa era um fator limitador** e porque se tratava de uma experiência nova (receber por serviços prestados ao meio ambiente);
- Os beneficiários, eles questionam de **frisar que os ganhos ambientais eram visíveis,** pois o corpo hídrico que cortava sua propriedade parou de secar e a qualidade da água melhorou.

Obrigado!

Contatos:

marceloabelha@cjar.com.br

christina@cjar.com.br

pabloprata@yahoo.com.br